
Gêneros, Mídia e Política: análise do enquadramento da *Folha de S. Paulo* sobre a atuação da deputada Duda Salabert (PDT) em 2023 no Congresso¹

João Carlos de SOUSA²
Luiz Ademir de OLIVEIRA³
Ana Lúcia Osório de OLIVEIRA⁴

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

RESUMO: O artigo traz um debate sobre gêneros, mídia e política, ao desenvolver uma análise do enquadramento noticioso do *Portal da Folha de S. Paulo* sobre a imagem da deputada Duda Salabert (PDT-MG) em 2023. A partir de uma análise híbrida, mesclando Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento, foram selecionadas 34 notícias publicadas sobre a deputada trans. Quanto aos pacotes interpretativos, foram definidos: (a) “Transfobia e Violência contra a população LGBTQIA+”, com 15 notícias; (b) “Política e Atuação Parlamentar”, com 13 notícias; (c) “Direitos LGBTQIA+, com 6 notícias. Constata-se que, apesar de Salabert atuar em várias frentes no Congresso Nacional (pauta socioambiental, educação, defesa da democracia etc.), a mídia tende a dar visibilidade à deputada quando o assunto é transfobia, questões de gênero em detrimento de outros assuntos.

Palavras-Chave: Jornalismo; *Folha de S. Paulo*; Gêneros; Transfobia; Duda Salabert;

1. Introdução

Há quatro anos, desde 2019 até 2023, o Brasil manteve-se recordista no número de assassinatos de pessoas trans, sendo que foram registrados com requintes de crueldade. Oliveira, Santos e Gomes (2023) informam que o relatório da *Transgender Europe* (TGEU), que monitora dados levantados por instituições trans e LGBTQIAP+, apontaram que 70% de todos os crimes registrados aconteceram na América do Sul e 33% no Brasil. Foram 89 mortes em 2021. Sabe-se, de antemão, que os números levantados estão distantes da realidade, tendo em vista que as instituições têm dificuldades de mapear todos os assassinatos e muitos casos são silenciados.

¹ Artigo submetido à IJ 04 - Jornalismo do 47º Encontro Anual da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (INTERCOM), que acontece na Univali-SC, de 04 a 07 de setembro de 2023, em Itajaí – SC. MG.

² Graduando do 8º período do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei, bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFSJ), sob a orientação do professor Luiz Ademir. E-mail: js86633@gmail.com.

³ Bolsista de Produtividade – Nível 2 do CNPq, desde março de 2023, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PROMEL/UFSJ) e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Mestre e Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Agradeço o apoio financeiro tanto do CNPq pela Bolsa de Produtividade quanto pelo PROMEL/UFSJ pelo incentivo à participação no evento. E-mail: luizoli@ufs.edu.br.

⁴ Mestra em Psicologia/Psicanálise pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (UniAcademia), graduada em Psicologia pela UniAcademia, é psicóloga clínica e atua na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Jacutinga. E-mail: analuosorio2004@yahoo.com.br.

Gênero, orientação sexual e situação social são marcadores sociais, que apontam para a vulnerabilidade dessas vítimas. Na eleição de 2022, foram eleitas, pela primeira vez na história do país, duas mulheres trans: Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP), um marco para a democracia brasileira. Ao tomarem posse, as parlamentares encontraram um dos Parlamentos mais conservadores desde a redemocratização, que tem levantado pautas de extrema direita, como a criminalização do aborto, do uso de drogas, entre outros ataques às mulheres e às minorias. Além dos 99 deputados eleitos pelo PL, partido de Bolsonaro, há outros partidos de direita e parlamentares do Centrão (grupo de mais de 200 parlamentares que atuam em troca de cargos, emendas e até dinheiro ilícito ao pressionar o Executivo) que atuam junto às bancadas de direita. A ala progressista, que reúne deputados do PT, PSOL, PSB, PDT, PCdoB, Rede, limita-se a 140 deputados, insuficiente para barrar emendas à Constituição.

Diante do cenário conservador, alguns episódios chamaram a atenção por ganharem repercussão na opinião pública, como o ato transfóbico do deputado Nikolas Ferreira, que, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, subiu à tribuna da Câmara, vestido de peruca loira, nomeando-se como “Nikole” e fez ataques às deputadas trans, com o discurso de que há “homens que se sentem mulheres e estão tomando o espaço dos homens”, numa referência à Duda e à Erika Hilton. Nikolas insiste em chamar Duda pelos pronomes masculinos como “ele”, “senhor”, como forma de atacá-la. Ao optar pela espetacularização, a direita tenta ofuscar os debates cruciais no Congresso, sobre economia, educação, pauta socioambiental.

A proposta do artigo, então, é analisar o enquadramento noticioso do *Portal da Folha de S. Paulo* sobre a atuação da deputada Duda Salabert (PDT) em 2023. Para isso, recorreremos à pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise híbrida (análise de conteúdo mesclada à análise de enquadramento). A escolha da *Folha de S. Paulo*, em termos metodológicos, deve-se ao fato de ser o veículo noticioso *quality paper* de maior circulação no Brasil. Dados de julho de 2023 confirmam que a *Folha*, em termos de assinatura digital, lidera com 796 mil exemplares diários, bem à frente do Globo, com 381,7 mil.⁵ Apesar de a Duda ser de Minas Gerais, com dois portais vinculados a impressos tradicionais – *O Tempo* e *Estado de Minas*, o objetivo foi verificar como a atuação de Duda foi retratada na grande imprensa brasileira por ser, junto à Erika Hilton, as primeiras deputadas trans, com uma atuação já marcante, inclusive na Comissão

⁵ DA REDAÇÃO. Jornalismo. IVC IVC muda cálculo para assinaturas; Folha é líder em circulação. Folha de S. Paulo, 24 de agosto de 2023. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml>. Acesso em 10 de junho de 2024.

Parlamentar dos Atos Golpistas de 8 de janeiro. A partir da coleta de 34 notícias, foi feita a categorização e análise das temáticas, valência (positiva, negativa ou neutra), autores das notícias e os pacotes interpretativos (“Transfobia e violência contra a população LGBTQIA+”, “Política e Atuação Parlamentar” e “Direitos LGBTQIA+”). Os resultados são apresentados ao longo do texto.

2. Referencial teórico: gêneros, transfobia e enquadramento noticioso

Quanto ao eixo **Identidades, gêneros e o universo trans**, constata-se que, numa sociedade cada vez mais marcada pelo efêmero e pelas transmutações, a ideia de identidade torna-se mais fluida e fragmentada. Se as identidades são cada vez mais efêmeras e plurais, conforme Hall (1997), por outro lado, a sociedade avançou pouco em relação a estigmas enraizados na vida social, como o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Goffman (1982) discute estigmas e analisa os diferentes aspectos da situação da pessoa estigmatizada, sejam os delinquentes, as prostitutas, os ciganos, os mendigos e até os músicos de *jazz*. O autor explica que tais pessoas são consideradas inseridas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Tal debate remete às vivências da popularização LGBTQIA+, negros, mulheres, já que, na sociedade, prevalece a ideia de que a dominação está nos grupos dominantes: gênero (dominação masculina), raça (branca), heteronormativa e cisgênero. O autor afirma que o diferente é visto como inferior, uma “deformação” ou “anormalidade”. Um exemplo disso é que, até o fim do século XIX, a Psiquiatria definia “homossexualismo” como uma doença a ser tratada. Em 1973, a partir de lutas contra o preconceito, adotou-se o termo homossexualidade por entender que não se trata de patologia, mas de orientação sexual.

A população LGBTQIA+ é um dos principais alvos de ataques numa sociedade conservadora e heteronormativa. Isso remete ao debate sobre gênero. Para Alves (2020, p. 59), a expressão de gênero refere-se a um conjunto de elementos acionados pelos sujeitos para se apresentar num determinado gênero e “se materializa nos comportamentos, nos gestos, nas regras sociais, nas coisas, nos sujeitos, nas cores, nos lugares, nos objetos, nos corpos, nos hábitos, nas instituições e também nas produções culturais humanas”. Tal é a distinção entre cisgênero – para os que se identificam com o mesmo sexo que nasceram; e trans para os que se identificam com o sexo oposto, além de outras configurações de gênero, como a não binariedade, que se refere às identidades que não se enquadram exclusivamente nas categorias de masculino ou feminino.

Para Valença e Carvalho (2019) *apud* Santos (2020), a orientação sexual refere-se à indicação por quem uma pessoa se sente atraída, sexual e/ou afetivamente, cuja atração pode ser por pessoas do mesmo sexo, do gênero oposto, pelos dois ou nenhum. Não se vincula à identidade de gênero, mas à forma como ela se posiciona ou se percebe no mundo. Tem-se, hoje, a ampliação da sigla e da compreensão de gêneros – LGBTQIA+, que incorpora lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, transgêneros, intersexuais, assexuais, pansexuais e não binários. Nos dias atuais, as identidades são fluidas e em permanente construção social, para não ter a necessidade de enquadrar as pessoas, que podem assumir comportamentos diferentes em determinadas situações sem serem rotuladas⁶. Santos (2020) explica que transexuais se relacionam a posicionamentos de orientação sexual, indiferentemente se foi feita ou não a cirurgia de redesignação sexual, procedimento cirúrgico em que o órgão genital passa por alterações, a fim de apresentar elementos desejados pela(o) paciente, a fim de se identificar com o gênero que deseja vivenciar como tal.

Os olhares sobre a população LGBTQIA+ foram ampliados, tanto em busca de representatividade social, como na mídia e no mundo acadêmico. Sofia Favero (2020), ao propor uma ética pajubariana nos estudos que discutam pessoas trans, afirma que a inserção de mulheres trans e travestis no universo acadêmico como pesquisadoras aponta um deslocamento do lugar de “pesquisadas” para a de “pesquisadoras”. Deve-se criar, segundo Favero, uma ética que concilie os esquemas linguísticos e cosmológicos (ética pajubariana) com o atual cenário científico, a fim de problematizar as formas como os agenciamentos podem ser potencializados.

Quanto ao panorama de estudos feitos por travestis e mulheres trans no Brasil, Favero (2020) afirma que, nos anos 90 do século XX, emergiram pesquisas voltadas ao trabalho sexual ou à proposta etnográfica.⁷ Já a partir dos anos 2000, o campo, até então chamado de travestilidade, passou a ser rotulado como “estudos trans” ou “questões trans” e priorizou disputas de despatologização do gênero, que incluía a presença já de ativistas trans no universo

⁶ Há diferentes nomeações da sigla, que foram incorporando novos grupos ao longo dos anos. Nos anos 70, quando começam os movimentos de defesa dos direitos, tem-se GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Hoje, alguns utilizam LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e + para outros grupos; outros incorporam LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e Assexuais e + para outros grupos. Outros incorporam ainda os pansexuais e não binários LGBTQIAPN+. Aqui, será utilizada LGBTQIA+ por entender que já incorpora vários grupos e tem o + para outros gêneros não citados. Informações completas em Site REFRESH. Glossário da diversidade: saiba o que significa cada letra da sigla LGBTQIAPN+. Disponível em <https://www.2refresh.com.br/2023/06/glossario-da-diversidade-saiba-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqiapn/>. Acesso em 20 de julho de 2023.

⁷ Trata-se, segundo Favero (2020, p. 3), de “trabalhos que serviram para retratar a condição precária em que estavam situadas, expondo os contextos culturais e econômicos que se desdobravam, geralmente, por meio de uma discussão acerca da prostituição na Lapa (RJ) e no Pelourinho (BA) ”.

científico. (Favero, 2020) A terceira fase – transfeminismo - emerge a partir de 2010 e estimula a criação de organizações políticas. A quarta fase engloba o transfeminismo e maior politização da diversidade sexual e de gênero na esfera pública – perpassados pelo contexto digital –, mobilizações de pessoas trans, que excedam os moldes tradicionais de fazer política. Tem uma abertura possibilitada pelo ciberespaço, em que se criam canais para dar voz a grupos silenciados pela mídia. Trata, ainda, da inserção de pesquisadoras trans e travestis, na academia, no Brasil.⁸

Favero (2020) afirma que há muitos estudos voltados para entender a inserção da população trans na escola. Como reflexo da sociedade heteronormativa, prevalecem, no ambiente escolar, homens e mulheres cis e posturas estigmatizantes em relação à população LGBTQIA+, sendo, muitas vezes, mais violentos em relação a determinados grupos. Santos (2020) afirma que as escolas, os hospitais e as instituições sociais, em geral, têm gênero e marcadores sociais, de classe social, gênero, raça etc. A violência contra as pessoas trans acionam vários estigmas: gênero, orientação sexual, *status* social e raça. São marcadores sociais, enraizados no machismo, na transfobia e no racismo.

Segundo Favero (2020, p.7), nos estudos sobre trans e travestis, o que se questiona é que, para fazer uso político de algo, é preciso que tal questão seja historicizada e que possa se conectar. A autora questiona como muitas pesquisas lançam um olhar, baseado na política do relato, para procurar compreender as mulheres trans e travestis a partir da ênfase nas suas vulnerabilidades sociais, ficando subentendido que a vivência trans está atrelada a sofrimento, colocando-as num lugar de vitimização: “Dessa forma, aqueles que não são necessariamente marcados por percursos vitais tidos como ‘sofridos’ ou que não trazem consigo os aspectos identitários necessários, podem ter acesso negado a suas autobiografias” (Favero, 2020, p.9). Ela enfatiza que o sentido de vitimização gera simplificação. Para a autora, além de enquadrar trans sob a ótica da vitimização, a autora aponta que se criam expectativas de que “travestis e mulheres trans posicionem-se subjetivamente em seus empreendimentos acadêmicos, como se a alternativa da privacidade se tornasse uma impossibilidade para as mesmas” (Favero, 2020, p. 9). Às pessoas cis, não se questiona quanto a orientações sexuais e/ou gêneros.

Quanto à ética pajubariana, Favero (2020) explica que o termo pajubá – de tradição yorubá e nagô – popularizou-se após ser incluído no ENEM de 2018, em que uma questão fazia

⁸ Favero (2020, p.4) menciona diversas pesquisadoras travestis e trans, que estão espalhadas pelo Brasil, como é o caso de Bia Bagagli (UNICAMP), Viviane Vergueiro (UFBA), Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ), Emilly Mel Fernandes (UFRN), Alícia Krüger (UEPG), Fran Demétrio (UNB), Megg Rayara (UFPR), Adriana Sales (UNESP), Luma Andrade (UNILAB), Ariane Senna (UFBA), Sofia Favero (UFRGS) e tantas outras.

referência à linguagem adotada pelas travestis aos estudantes. A autora explica que, no universo acadêmico, pajubá foi utilizado por diversos pesquisadores, que se interessam pelos estudos raciais, sexuais e de gênero.¹⁰ Pensar uma ética pajubariana não é somente um modo diferente de chamar determinada postura política frente a uma pesquisa, mas se trata de reconhecer as apurações marcadas pela travestilidade como encadeadas pela relação, que elas têm com seus campos. Não é apenas a transgressão da linguagem que está em debate, mas o rompimento com um modo “seguro” de obtenção de dados (Favero, 2020). “Pajubar a ética é cavar outras hipóteses, mudar a forma de fazer perguntas. E não significa que tal perniciosidade pode ser feita apenas pelas travestis, pois até pelos que com elas se envolvem em seus cotidianos laborais são capazes de fazê-lo” (Favero, 2020, p.16). Não basta chocar por que estuda travestilidade, mas entender que, até ao se aplicar questionários, há um deslocamento de pessoas cis para pessoas trans. A ética pajubariana implica em identificar os espaços negados a transexuais e limites impostos na produção de um texto e no tipo de conhecimento intitulado “acadêmico” e relevante, além de discutir se a presença de elementos emotivos implica em romper com o rigor da ciência.⁹ A ética do pajubá consiste em romper com a neutralidade cisgênera. (Favero, 2020)

Quanto ao eixo “*Imagem pública de Duda Salabert*”, Oliveira (2023) analisa as estratégias midiáticas utilizadas pela então candidata Duda Salabert em 2022, quando concorreu à deputada federal. Duda emerge como uma das novas lideranças políticas em Minas e no país. Duda Salabert, 44 anos, nasceu em Belo Horizonte, é professora de Literatura, ambientalista, ativista social e LGBTQIA+, foi candidata ao Senado pelo PSOL em 2018 (ficando em 8º lugar), vereadora da capital mineira, com a maior votação de 37 mil votos (2021 a 2023) e deputada federal, eleita em 2022, com mais de 208 mil votos, a 3ª mais votada em Minas.¹⁰

⁹ Aquendar”, na sociabilidade das travestis e mulheres trans, costuma dizer respeito ao processo de “trucar” o próprio genital com alguma roupa íntima apertada. Em alguns contextos, todavia, “aquendar” vai dizer respeito a perceber algo. “Aquenda isso, mona!” – seria uma sentença facilmente traduzida como “veja isso!” ou então “esconda isso!”. Já o termo “trucar” pode significar conservar, guardar, enganar. (FAVERO, 2020, p. 15).

¹⁰ Quanto à sua história de vida, Duda viveu socialmente como pertencente ao gênero masculino até 2014, quando passou a se assumir mulher. Casada desde 2011 com Raísa Novaes, que também é educadora, estão juntas desde 2006 e tiveram a primeira filha, Sol, em 19 de junho de 2019. Na gravidez de Sol, Duda teve que interromper o tratamento hormonal da transição de gênero. Na época, conseguiu sua licença maternidade e ficou afastada do trabalho por 120 dias, mesmo não sendo gestante ou lactante, tido como uma vitória para o movimento transgênero. Duda não precisou judicializar o pedido, pois o Colégio Bernoulli não recusou a petição. Foi reconhecida como mãe de Sol e teve o tempo necessário para ficar com o bebê. Não se sabe de outra mulher trans que tenha conseguido esse direito. Duda, para evitar a imposição de gênero, escolheu um nome neutro para a criança, tendo sido registrada como tendo duas mães. Atuou como professora de Literatura no Colégio Bernoulli, em Belo Horizonte, de 2007 a 2021, quando foi demitida, na polêmica que envolveu denúncias de transfobia por parte da escola, já que a sua saída atendeu pedidos de pais de alunos, que passaram a vê-la nas aulas remotas na pandemia da Covid-19

Em relação à carreira política, Duda foi candidato ao Senado em 2018 pelo PSOL, obtendo 351.874 votos (1,99%), ficando em oitavo lugar. Apesar das lutas das minorias e do movimento LGBT, a violência contra trans ainda é muito recorrente no Brasil. No caso de Duda Salabert, tem sofrido transfobia e ameaças de morte. Desde 2020, a situação agravou-se, quando a vereadora denunciou ter recebido uma mensagem via *e-mail* com ameaças de morte contra ela e a família. Em 2022, voltou a receber novas ameaças de morte de grupos neonazistas e registrou denúncias na Polícia Civil. Ela divulgou o conteúdo do *e-mail* nas redes, cuja mensagem refere-se à perda do emprego. Com as constantes ameaças e a intolerância no Brasil, em 2022, Duda adotou medidas preventivas e, nas viagens, usou colete à prova de balas escoltada por seguranças.

Oliveira et al (2023), ao estudar as estratégias de Duda na disputa de 2022 no Instagram,¹¹ coletou as postagens no *Instagram* da então candidata, de 31 de julho a 10 de novembro de 2022 (oficialização da candidatura à deputada e comemoração da sua eleição, da vitória de Lula). Quanto às temáticas acionadas pela candidata Duda Salabert, houve ênfase na agenda socioambiental, com o maior número de postagens (17 das 68 postagens/25% dos *posts*). Isso se deve ao fato de ser ambientalista, ter um posicionamento crítico em relação às mineradoras, bem como o vínculo das empresas com o governador Romeu Zema. Duda reforçou ter feito uma campanha inovadora – “Campanha lixo zero” - a primeira campanha sem usar papel para deputada federal. A segunda temática mais acionada (nove postagens – 13,25%) refere-se à sua atuação como vereadora e mensagens da campanha à deputada federal, em que se mescla a prestação de contas, ou *accountability*, e sua agenda de campanha. As outras temáticas foram: (3º) “engajamento do eleitor” (7 *posts*/10,29%); (4º) “violência política e ameaças de morte” (6 mensagens/8,82%), (5º) “cenas de campanha” e “construção da imagem da candidata” (5 para cada/7,35%); (6ª) “questões identitárias” (4 *posts*/5,88%).

Quanto ao eixo “*Jornalismo e enquadramento noticioso*”, parte-se dos argumentos da perspectiva construcionista de que o jornalismo, assim como a linguagem, é uma construção social, que é compartilhada por diferentes atores sociais. No caso da imprensa, têm-se jornalistas, editores, donos de empresas, fontes e o público em geral que, juntos, interferem no processo de produção da notícia. Traquina (2001) apresenta um panorama das Teorias do Jornalismo, ao apontar as seis principais teorias desenvolvidas no século XX: (1) Teoria do Espelho - compreende o jornalismo como espelho da realidade e reforça o mito da objetividade;

¹¹ Na época, Duda tinha 241 mil seguidores na rede e já havia feito 1.580 postagens. No *Instagram*, identifica-se como a “deputada federal mais votada da história de MG”, “professora de Literatura, vegana e mãe da Sol.

(2) Teoria da Ação Pessoal ou do Gatekeeper - visão microsociológica que dá ênfase no poder dos jornalistas em escolher o que será ou não notícia), (3) Teoria Organizacional - é macrosociológica e dá grande poder às organizações jornalísticas que, sem pressões, mas pelas próprias rotinas, levam os jornalistas a aderirem à cultura organizacional), (4) Teorias da Ação Política - prevê que, na visão da esquerda, a mídia reforça o capitalismo; para a direita, na imprensa, há jornalistas de esquerda infiltrados disseminando ideias progressistas), (5) Teoria Estruturalista - acredita que há um grande poder dos definidores primários ou fontes primárias, além de apontar os jornais como organizações burocráticas, que valorizam o valor-notícia centrado no que é negativo e os jornalistas atuam por meio de seus mapas culturais), (6) Teoria Etnoconstrucionista - a visão mais atual que entende o processo de produção como bem complexo. As empresas estabelecem uma ordem no espaço, a partir de três estratégias: (a) territorialidade geográfica, em que se define áreas priorizadas como fontes de notícias, como, no caso do Brasil, as capitais Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, (b) a definição de sentinelas que cobrem as instituições cruciais em cada editoria, (c) a ordem no tempo a fim de se organizar em relação ao tempo dependendo do tipo de mídia.

A Teoria do Agendamento, proposta por McCombs e Shaw, segundo Oliveira, Fernandes e Chagas (2018), trabalha com a perspectiva de que a mídia agenda os temas que serão discutidos pelo indivíduo, bem como hierarquiza os assuntos por ordem de importância e ainda fornece repertórios discursivos. Outra corrente é a Teoria do Enquadramento, bem atual, que tem sido amplamente utilizada para entender como a mídia seleciona determinados aspectos do fato, contrariando o mito da objetividade jornalística. Tuchman (1993) explica que as notícias são o próprio enquadramento, já que, por meio delas, constrói-se a percepção de mundo e a relação da sociedade com ele. A autora afirma que esses enquadramentos podem ser problemáticos, pois esses recortes são o reflexo das estruturas das agências que produzem notícias (tipo de organização, rotina, ideologia, jornalista, seleção e construção da notícia). Segundo Tuchman, a rede de notícias impõe ordem ao mundo social, pois permite que os acontecimentos noticiosos ocorram em determinados locais, mas não em outros.

4. Estudo de caso: a cobertura sobre Duda Salabert na *Folha de S. Paulo* a partir da análise híbrida (análise de conteúdo e análise de enquadramento)

Quanto à análise do *corpus* coletado, optou pela análise híbrida, mesclando análise de conteúdo à análise de enquadramento. Quanto à pesquisa documental, foram coletadas as notícias no Portal *Folha de S. Paulo* que tratam de assuntos referentes à deputada Salabert. O

recorte temporal foi 2023, primeiro ano de atuação parlamentar. No total, foram 34 notícias. A escolha do Portal Folha, como mencionado anteriormente, deve-se ao fato de ser o veículo com maior circulação no país.

Ao longo de 2023, no primeiro ano de mandato como deputada federal, Duda Salabert (PDT) foi uma parlamentar com boa visibilidade, mas parte dos holofotes ocorreram em função de atos transfóbicos de líderes políticos de direita, como ataques que partiram do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Ao longo do ano, as matérias da *Folha* revelam que, apesar de ter uma atuação parlamentar em várias frentes (Meio Ambiente, Educação, Defesa da Democracia e Direitos das Minorias), Duda virou “notícia”, em grande parte, em questões ligadas ao fato de ser transexual, como nas situações que foi vítima de transfobia.

Ao fazer uma *Análise de Conteúdo* quantitativa das notícias (Bardin, 2011), constata-se que Duda Salabert tem uma visibilidade predominantemente positiva, principalmente porque há várias notícias em que a deputada foi alvo de transfobia, como no ato transfóbico de Nikolas Ferreira (PL), em 8 de março de 2023, quando subiu à tribuna da Câmara dos Deputados e fez ataques às deputadas transexuais. Ao diferenciar em valência positiva, negativa ou neutra, leva-se em conta não apenas o lugar de vítimas, até porque Favero questiona o fato de que, ao colocar a população LGBTQIAPN+ no papel somente de vítimas, acaba se tornando simplista. São vulneráveis, mas podem ser protagonistas. Outra polêmica ocorreu quando o General Heleno, ao comparecer à CPI de 8 de janeiro, em que Duda é uma das integrantes, fez referência a ela como “senhor”, numa atitude transfóbica. Foram 22 notícias positivas (64,71%), 8 (oito) neutras (23,53%) e 4 (quatro) negativas (11,76%).

Quanto às temáticas, houve um número mais amplo de assuntos referentes à atuação e à imagem de Duda Salabert. Em relação às 34 notícias, a temática mais acionada foi “transfobia”, com 11 unidades (32,36%). Em segundo, em duas temáticas, com 4 (quatro) matérias cada (11,76%), aparecem CPI dos Atos de 8 de janeiro” e “Direitos LGBTQIAPN+. Os outros dados são: “Política” e “Representatividade” (3 menções cada/8,83%), “Política e Eleições” (2 ocorrências/5,88%); “Linguagem neutra”, “meio ambiente”, “transvivência”, “políticas públicas”, “campanha de doação de sangue”, “racismo e política”, “educação e direitos trabalhistas” (1 menção apenas para cada/2,94%).

Quanto à *Análise de Enquadramento*, o objetivo é identificar, a partir do *corpus* coletado, das 34 matérias, a que “pacote interpretativo” estão vinculadas. Maia e Vimieiro (2011) explicam que o enquadramento prevê a articulação de determinados discursos em uma dada organização formal. As autoras definem os pacotes interpretativos como agrupamentos formados

por determinados dispositivos simbólicos, que têm como essência o enquadramento. São definidos, na visão das autoras, como certo padrão em um determinado texto, que se compõe de diversos elementos. Segundo as autoras, tais elementos não são palavras, mas componentes ou dispositivos dos enquadramentos previamente definidos. Em vez de codificar os enquadramentos como um todo, sugere-se o enquadramento a partir de elementos isolados, os quais devem ser facilmente codificados em uma análise de conteúdo. Depois disso, uma análise dos agrupamentos desses componentes deve revelar os enquadramentos. No caso da pesquisa focada no enquadramento dado à Duda Salabert (PDT), das 34 notícias, definiu-se três pacotes interpretativos: “Transfobia e Violência contra a população LGBTQIAPN+” (refere-se às diversas formas de violência sofridas tanto pela comunidade como pela própria deputada em seu mandato, como os atos transfóbicos do parlamentar de extrema-direita Nikolas Ferreira (PL), ligado ao bolsonarismo), “Política e Atuação Parlamentar” (que trata da atuação de Duda para além das questões identitárias e de suas articulações no campo político), “Direitos LGBTQIA+”.

Quanto ao primeiro pacote, foram identificadas 15 notícias, o que teve mais visibilidade. Em segundo, aparece “Política e Atuação Parlamentar”, com 13 matérias. Por fim, o terceiro pacote – “Direitos LGBTQIAPN+”, apesar de remeter à atuação e imagem de Duda como trans, é o enquadramento focado em notícias que retratam direitos ou conquistas da população LGBTQIAPN+, em que a deputada é mencionada, com um total de 6 (seis) notícias.

4.1 Transfobia e Violência contra a população LGBTQIA+

O primeiro pacote interpretativo – “Transfobia e Violência contra a população LGBTQIA+” – que foca nas notícias publicadas pela *Folha de S. Paulo* que retratam transfobia e violência contra a população LGBTQIA+, tanto em ataques da direita contra as deputadas trans (Duda Salabert e Erika Hilton), em especial do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Foram identificadas 15 matérias, entre notas, notícias, reportagens e artigo de opinião. Constata-se que, apesar de Duda tentar ter uma visibilidade vinculada a sua atuação como parlamentar em diferentes áreas (pauta socioambiental, educação, defesa da democracia etc.), a mídia tende a dar destaque à deputada em notícias vinculadas a pautas identitárias, mesmo que de forma positiva. A transfobia, em geral, é o enquadramento em que Duda mais se torna notícia. Apesar de ser uma abordagem, em geral, factual, informativa, muitas vezes, por meio de notas ou notícias, sem fazer um aprofundamento dos assuntos tratados, há alguns espaços mais interpretativos e opinativos, como a entrevista com a deputada e algumas reportagens. Ao enquadrar a deputada preferencialmente pelo fato de ser uma mulher trans, faz com que o jornalismo reproduza uma

visão estigmatizada e não contribua para “naturalizar” o debate sobre gêneros. Assim, há mais notícias negativas do que positivas. Das 15 matérias analisadas, são 7 (sete) unidades com valência negativa, 6 (seis) com valência positiva e 2 (duas) neutras. São as matérias a seguir:

(1) *“Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis pelo 14º ano seguido”*: informa que a secretaria nacional LGBTQ+, em parceria com o Ministério da Justiça, articula projeto para proteção trans, com participação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e das deputadas Erika Hilton (PSOL) e Duda Salabert (PDT). Destaca o alto número de assassinatos de transexuais e travestis no Brasil, que ocupa o topo da lista pelo 14º ano seguido (24/01/2023; Notícia, Valência Positiva)

(2) *“Nós, travestis e transexuais: do estigma à admiração”*, assinado pela deputada Duda Salabert, traz a reflexão sobre o Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais. A parlamentar trata das dificuldades e estigmas enfrentados por travestis e transexuais no Brasil, destacando a violência e discriminação constante. Ela questiona quando será possível discutir as vivências de pessoas trans sem focar na violência. Apesar do cenário adverso, celebra os avanços do movimento trans e destaca a importância do Dia da Visibilidade, apontando as conquistas (29/01/2023; Entrevista; Valência Positiva).

(3) *“Nikolas Ferreira responderá na Justiça acusação de injúria racial contra deputada trans”*: informa que o deputado Nikolas Ferreira responderá na Justiça de Minas Gerais pelo crime de injúria racial, por ataque transfóbico direcionado à então vereadora Duda Salabert. Apesar de apontar a condenação contra Nikolas, reforça o embate ideológico entre o parlamentar e a Duda Salabert (08/02/2023; Da Redação; Notícia, Valência Positiva).

(4) *“Deputados pedem a cassação do mandato de Nikolas Ferreira pelo episódio de transfobia no Dia da Mulher”*: no Dia Internacional da Mulher, a *Folha* trouxe informações sobre a repercussão do discurso transfóbico do deputado Nikolas. O parlamentar subiu à tribuna da Câmara dos Deputados e fez um discurso transfóbico, vestido de peruca loira, nomeando-se “Nikole”, num ataque às deputadas trans. Tabata Amaral (PSB-SP) e Duda Salabert enviaram um pedido de cassação do deputado ao TSE (08/03/2023; Notícia; Valência Neutra).

(5) *Partidos articulam punição a Nikolas, mas cassação é improvável*: informa que Duda Salabert se reuniu com Alexandre Padilha (ministro de Relações Institucionais), para pedir ao governo posicionamento sobre o ato de transfobia de Nikolas. Contextualiza a criminalização da transfobia em 2019 pelo STF e as brechas que a lei possui, o que torna a cassação do deputado improvável (09/05/2023; Reportagem, Valência Negativa).

(6) *“Nikolas é um tema pequeno, queremos fazer o grande debate, diz Duda Salabert”*: entrevista exclusiva com a deputada Duda Salabert para tratar do episódio de transfobia cometido por Nikolas. A parlamentar comenta os desafios e violências enfrentados pela comunidade trans no Brasil e reconhece sua responsabilidade na defesa dessa população. Ela tenta desvincular sua imagem de pautas identitárias, mas tem dificuldades de manter sua posição nas entrevistas (12/03/2023; Rainer Bragon, Entrevista; Valência positiva).

(7) *“Café da Manhã: A ofensiva de projetos antitrans na política brasileira”*: traz o episódio do *podcast* de notícias diário da *Folha de S. Paulo*, “Café da Manhã”, que discute a repercussão do episódio de transfobia cometido por Nikolas Ferreira no Congresso Nacional, dia 08. É feito um levantamento inédito de pelo menos 69 projetos de lei antitrans, no âmbito federal, estadual e municipal (21/03/2023; Da Redação; Notícia; Valência positiva).

(8) *“Justiça manda Nikolas pagar R\$ 80 mil a Duda Salabert por transfobia”*: informa sobre a condenação judicial que obriga Nikolas Ferreira a pagar R\$ 80 mil à deputada Salabert por transfobia. A condenação, proferida pelo juiz Ricardo Freitas Vêras, da 33ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, trata do episódio de 2020, em que Nikolas citou a vereadora pelo pronome masculino, insistindo em chamá-la de “ele” em entrevistas e posts em redes sociais. (19/04/2023; Isabella Cavalcante; Notícia, Valência positiva).

(9) *“Grupo de WhatsApp da direção do PT tem bate-boca e acusação de transfobia”*: informa sobre a acusação de transfobia que recai sobre deputados petistas que colocam em xeque a viabilidade da candidatura de Duda à Prefeitura de Belo Horizonte, por ser uma capital estratégica e as supostas dificuldades em lançar uma trans a concorrer. Informa sobre a discussão ocorrida no grupo de WhatsApp do diretório nacional do PT envolvendo parlamentares e dirigentes do partido. A controvérsia surgiu após o vice-presidente do PT, Washington Quaqué, questionar a possibilidade de o partido apoiar a candidatura de Salabert à PBH em 2024. Janaína Oliveira (secretária nacional LGBT do PT) acusou Quaqué de transfobia (11/07/2023, Matheus Teixeira, Danielle Brant e Guilherme Seto; Notícia, Valência Negativa).

(10) *“General Heleno diz que não era sua missão convencer Bolsonaro a sair das quatro linhas”*: relato minucioso das discussões na CPI dos Atos Golpistas de 8 de janeiro em que Augusto Heleno foi convocado a prestar esclarecimentos. O ex-ministro negou minutas golpistas e, tenso, desrespeitou a deputada Salabert a chamando de “senhor”. A fala transfóbica é citada no fim da notícia (26/09/2023; Thaisa Oliveira; Reportagem; Valência Negativa).

(11) *“Presidente da CPI expulsa deputado e interrompe sessão após fala transfóbica de Heleno”*: informa sobre a expulsão do deputado Abílio Brunini (PL) da CPI do 8 de janeiro e

faz menção ao ato de transfobia do General Heleno contra a deputada Duda Salabert, a chamando de “senhor” (26/09/2023; Mônica Bergamo; Nota; Valência Negativa).

(12) “*Duda Salabert aceita pedido de desculpas de Heleno*”, nota sobre o pedido de desculpas de Augusto Heleno para Duda Salabert, após ato transfóbico (26/09/2023; Da Redação; Nota; Valência Neutra).

(13) “*Mais notícias sobre a tentativa de golpe militar de Bolsonaro*”: discute relatos, investigações e delações sobre a tentativa de golpe pelo ex-presidente Bolsonaro. O ato transfóbico do General Heleno contra Salabert, na CPI do 8 de janeiro é mencionado, mas o foco refere-se às discussões da CPI (26/07/2023; Vinícius Torres Freire; Nota; Valência Neutra).

(14) “*TJ de Minas confirma condenação de Nikolas Ferreira por transfobia contra Duda Salabert*”: descreve a condenação do deputado Nikolas Ferreira, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por crime de transfobia contra Duda Salabert. Em 2020, Nikolas referiu-se à Duda pelo pronome masculino. A indenização foi de R\$ 30 mil na segunda instância (14/12/2023; Leonardo Augusto; Notícia; Valência Positiva).

(15) “*Nikolas Ferreira elege bichos-papões progressistas em defesa do papel evangélico*”: trata do lançamento do livro de Nikolas Ferreira, "O Cristão e a Política - Descubra Como Vencer a Guerra Cultural", que reproduz posicionamentos de extrema direita do deputado, como as críticas a pensadores vinculados à esquerda (Marx, Beauvoir, Paulo Freire). Ataca ideologias progressistas e defende a participação política dos evangélicos (19/12/2023; Anna Virgínia Balloussier; Artigo; Valência Negativa).

4.2. Política e Atuação Parlamentar e Direitos LGBTQIA+: pacotes interpretativos

O segundo pacote interpretativo – “Política e Atuação Parlamentar” – que foca nas notícias da *Folha de S. Paulo* que retratam a atuação de Duda Salabert (PDT) no campo político e no mandato como parlamentar teve 13 unidades de análise. Constata-se que não há uma visibilidade em relação às suas ações no Congresso, se não estiverem vinculadas à transexualidade e à transfobia e a direitos LGBT. Apesar de ser uma abordagem, em geral, factual, informativa, muitas vezes, por meio de notas, sem ter aprofundamento dos assuntos tratados, há uma visibilidade relativamente positiva para Duda Salabert. São 7 (sete) neutras, (4) quatro positivas e 1 negativa. Quanto ao pacote “Direitos LGBTQIA+”, foram identificadas seis notícias em 2023. É uma cobertura reduzida, mas todas as notícias têm valência positiva.

Quadro 1 Pacotes Interpretativos “Política e Atuação Parlamentar” e “Direitos LGBTQIA+”

Data	Título	Valência	Pacotes Interpretativos
(1) 17/01/2023	Parlamentares LGBTQIA+ 'eleites' e integrantes do governo Lula se reunirão em Brasília	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(2) 21/01/2023	Gabinete Compartilhado no Congresso recebe 11 mil inscrições para 16 vagas de assessores	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(3) 24/01/2023	Agência Brasil, do governo federal, publica texto com linguagem neutra pela primeira vez	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(4) 19/02/2023	PDT pode ter apoio do governo para presidir comissão de Meio Ambiente da Câmara	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(5) 04/03/2023	Novatos assumem a cena política e escanteiam veteranos em Minas	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(6) 24/05/2023	Deputada propõe que autoridades recebam salário de professores 3 meses ao ano	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(7) 25/05/2023	Belo Horizonte tem pré-campanha com Zema indeciso e embate entre trans e bolsonarista.	Negativa	Política e Atuação Parlamentar
(8) 25/05/2023	Quem é quem na CPI do 8 de janeiro instalada no Congresso	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(9) 25/05/2023	Deputados contrataram investigados pelo STF por atos antidemocráticos	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(10) 01/06/2023	Alexandre de Moraes debate incluir identidade de gênero em registro de candidaturas no TSE.	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(11) 27/06/2023	LGBTs debatem cotas e pedem ao TSE opção para declarar orientação sexual de candidatos	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(12) 30/06/2023	Deputado acusado de racismo mudou declaração de pardo para branco em eleições	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(13) 10/08/2023	Kalil vê Zema sem cultura, fala em ficar no PSD e promete voltar às urnas em 2026.	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(14) 15/09/2023	'Fico perplexa', diz Ludmilla após ter campanha de doação de sangue barrada	Positiva	Política e Atuação Parlamentar
(15) 15/09/2023	Deputadas trans e líder indígena integram lista de 100 lideranças do futuro da Time	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(16) 30/09/2023	Deputadas aliadas cobram Lula em carta por indicação de mulher negra ao STF	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(17) 16/11/2023	União autoriza mineradora a voltar a operar na Serra do Curral, em Minas Gerais	Positiva	Política e Atuação Parlamentar
(18) 14/12/2023	Prefeitura de BH recusa R\$18 milhões para maternidade de partos humanizados	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(19) 29/12/2023	STF, Congresso e Planalto terão iluminação em homenagem ao Dia da Visibilidade Trans	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+

Fonte: Elaboração própria, 2024

4. Considerações Finais

O estudo do enquadramento noticioso em relação à atuação e imagem da deputada Duda Salabert (PDT-MG) suscitou reflexões acerca do debate sobre gêneros, transfobia e o papel da mídia ao criar representações sociais e/ou reforçar padrões e estigmas. Em termos teóricos, conforme aponta Fávero (2020), há uma mobilização por parte das minorias na luta e conquistas de espaços e direitos, não somente nas questões identitárias, mas, principalmente, na inserção no mercado de trabalho e no próprio universo acadêmico. Por isso, ela propõe a ética pajubariana como contraponto à suposta neutralidade cisgênera.

No que diz respeito ao estudo de caso, constata-se que a cobertura do *Portal da Folha* é ambígua. Por um lado, há alguns avanços na cobertura sobre a atuação da deputada Duda Salabert, abrindo espaço para que ela se posicione e seja convocada, em alguns casos, a tratar de temáticas que não se limitam ao fato de ser uma mulher trans. No entanto, a partir da análise de enquadramento, identificamos que o pacote interpretativo predominante ainda é “Transfobia e Violência contra a população LBTQIA+”, que teve 15 das 34 notícias. Isso significa que a deputada ganha visibilidade quando o assunto é gênero, transfobia. Em 2023, isso ocorreu, principalmente, em função de atos transfóbicos do deputado de extrema direita Nikolas Ferreira (PL), que tem sido um oponente de Duda, desde que atuavam na Câmara de Vereadores em Belo Horizonte. O parlamentar tem como um de seus temas na agenda conservadora de costumes os ataques às minorias e, principalmente, à comunidade LGBT.

Assim, percebe-se que a mídia, por ser vinculada à dinâmica social, apesar de apontar avanços em relação aos direitos das minorias, ainda reproduz a lógica dominante e tem um olhar bem limitado quando se trata de dar a cobertura às deputadas trans, limitando a atuação das parlamentares a questões identitárias. Espera-se mais pluralidade, mais polifonia e abordagens mais contextualizadas.

Referências

ALVES, C. E. R. **Nome *sui generis***: o nome (social) como dispositivo de identificação de gênero. Belo Horizonte: Sociedade Mineira de Cultura; Ed. da PUC Minas, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

FAVERO, S. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial**, v.7, n.12, jan/jun de 2020, p.1-22.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. LTC, 1988.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a, 1997.

MAIA, R.; VIMIEIRO, A.C. Análise indireta de enquadramentos da mídia. **Famecos**, v.18, n.1, p. 235-252, 2011.

OLIVEIRA, L. A. de; FERNANDES, C. M.; CHAGAS, G. C. Novos passos do golpe: o enquadramento da Reforma da Previdência no Jornal Nacional. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, pp.59-86, 2018.

OLIVEIRA, L.A; GOMES; A.R; SOUZA, J.C; Mídia, eleições e transfobia: análise das mensagens no *Instagram* da candidata Duda Salabert (PDT). **Anais** do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas – 4 a 8/9/2023, 15p.

SANTOS, T. A. **Toda escola deveria ter uma Parada do Orgulho LGBTQIA+ que a ajudasse a sair do armário e a enfrentar o *Bullying* com motivação LGTBfóbica**. 2020. 135p. Dissertação De Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFMG, 2020.

TRAQUINA, N. **Estudos de Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

TUCHMAN, G. Contando estórias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**. Questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Editora Vega, 1993.